

MERCADO

Apesar do conflito no Irã, B3 deve ter melhor 1º trimestre em capital externo desde 2022

Nem guerra freia Bolsa

A incerteza nos mercados mundiais pela guerra no Oriente Médio não foi suficiente para afastar o investidor estrangeiro da Bovespa (B3) em março, e a expectativa é de que o ingresso de capital internacional continue. Apesar de algumas saídas desde o início do conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã, em 28 de fevereiro, o saldo no mês caminha para ficar positivo, acumulado em R\$ 7,05 bilhões até 24 de março, contra R\$ 3,1 bilhões em março de 2025.

Além disso, o primeiro trimestre de 2026 — que acumula, até

então, R\$ 48,7 bilhões de entrada de capital — deve terminar com a melhor marca de capital externo na Bolsa desde 2022, quando os três primeiros meses do ano totalizaram entrada de R\$ 65,3 bilhões de recursos internacionais.

O movimento de 2022 foi respaldado no elevado preço das commodities, em meio à guerra entre Ucrânia e Rússia, e juros elevados abrindo espaço para arbitragem com taxas básicas muito menores em países desenvolvidos.

Já em 2026, a perspectiva de novas entradas está associada,

principalmente, ao fato de algumas ações no índice estarem com preços convidativos em relação a papéis de mercados como os Estados Unidos e a média dos países emergentes. Outros fatores se juntam a esse quadro, como o afrouxamento monetário, iniciado em março, e a disputa presidencial na eleição deste ano.

O head de Research da Eleven Financial, Fernando Siqueira, aponta que o fluxo estrangeiro para o Brasil tem vindo da saída do mercado norte-americano. A tendência ainda é negativa para a bolsa dos Estados Unidos, em

meio ao encarecimento das ações, a alguns resultados de empresas piores do que o esperado na margem e à política imprevisível de Donald Trump, acrescenta.

Na contramão, a Bolsa brasileira é considerada uma das mais descontadas, segundo Bruno Takeo, estrategista da Potenza Capital. “A ideia de valuation atrativo segue valendo e o diferencial de juros é bom, com juro real elevado” e deve continuar influenciando o fluxo estrangeiro para o Brasil, avalia. A exceção é caso haja uma piora da guerra que eleve o risco inflacionário.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Perfil do novo líder

O Brasil entrará em 2027 com seis condições simultâneas, e é sobre elas que a política e seus candidatos devem concentrar suas atenções: (a) instituições em frangalhos, a começar pela Suprema Corte; (b) modelo econômico, movido a anabolizantes fiscais e endividamento, já exaurido; (c) baixa eficiência do setor público; (d) produtividade sistêmica reduzida; (e) setor empresarial fragmentado e pouco engajado em missões nacionais; (f) abundância energética, mineral e hídrica.

Essa é a síntese de como estamos e de como o mundo nos enxerga. Observe o elenco de candidatas à Presidência, bem como aos cargos de deputado e senador, e preste atenção, até 4 de outubro, a quem de fato aborda esses temas com conhecimento e, sobretudo, apresenta soluções. Há tempo para que todos se informem, estudem e se destaquem em meio ao habitual festival de platitudes dos períodos eleitorais.

O cansaço apontado pelas pesquisas em relação aos nomes postos e às mesmices de sempre sugere que o grande ausente da campanha, que oficialmente começará em 16 de agosto, é um programa de governança do setor público e de desenvolvimento alinhado às intensas transformações na economia, na tecnologia, na cultura e na geopolítica.

Um plano que mereça atenção precisa ter como objetivo relançar o crescimento econômico de forma coordenada, com metas mensuráveis, integrando Estado, setor produtivo e a nova economia tecnológica.

O mundo mudou, e já vinha mudando desde os anos 1970. Primeiro, com o livre fluxo de bens, capital, moeda e mão de obra. Depois, com o fracasso da presunção dos internacionalistas liberais de que Rússia e China poderiam ser integradas à ordem de livre mercado liderada pelos EUA. A ascensão de Trump foi a resposta à enorme frustração da sociedade americana diante da perda de status em termos de acesso aos estratos superiores da pirâmide de renda e aos confortos materiais.

Guerras, aceleração das rupturas tecnológicas, o retorno de fantasmas que se supunham superados desde a Segunda Guerra Mundial, a emergência de autocratas e de candidatas a salvadores, tudo isso faz parte da transição de uma era para outra ainda nebulosa. Certo é que, uma vez iniciada, não há retorno ao regime anterior. Nesse contexto, a governança para o período de 2027 a 2030 terá de ser visionária. Esse é o desafio.

40 anos de passeio ao acaso

O Brasil ingressa nesse ciclo sob outra megapressão estrutural: a transformação do sistema produtivo global, impulsionada pela inteligência artificial. A IA não é uma ferramenta auxiliar, mas uma infraestrutura econômica escalável. A nova vantagem comparativa das nações decorre da capacidade de orquestrar a inteligência agente sobre os meios de produção. Um plano para o fim da década é, portanto, mais do que um programa de crescimento: trata-se de um projeto de reorganização institucional para operar a nova arquitetura produtiva sob disciplina fiscal.

Os candidatos precisam demonstrar que compreendem a crise de confiança nas instituições, a tensão entre os Poderes constituídos e a perda generalizada de legitimidade, especialmente do STF.

Também é crucial reconhecer que o desenvolvimento se tornou mera peça retórica no discurso dos governantes, independentemente de sua posição no espectro ideológico. A esquerda fala em distribuição; a direita, em ajuste fiscal; e ninguém trata de um desenvolvimento estruturado.

Os indicadores econômicos e sociais relativamente positivos mais ocultam do que revelam o que fazer. O crescimento, impulsionado por estímulos ao consumo, ignora a prolongada redução da base produtiva e favorece a leniência diante da expansão dos gastos públicos, sem contrapartidas em infraestrutura e em uma manufatura ancorada na nova produção tecnificada, hoje suprida pela China e por outros países asiáticos.

O resultado de 40 anos de condução econômica errática, cujas sequelas foram disfarçadas pelas políticas compensatórias das últimas duas décadas sob a forma de estagnação, revela-se na pressão social expressa por 81 milhões de inadimplentes, 80% da população adulta endividada e 29% da renda comprometida com juros. Esse é o não caminho.

Ativos e desafios combinados

A crítica sem proposição, como costuma ocorrer durante as eleições, é útil para quem vive de monetizar posts em redes sociais e preencher o tempo em programas jornalísticos de TV. De soluções, poucos falam.

Vamos recapitular: o país entrará em 2027 com uma combinação rara de ativos estratégicos e desafios estruturais. Há abundância energética, mineral e hídrica, além de uma posição geopolítica estável e um amplo mercado interno. Ao mesmo tempo, convivemos com baixa produtividade sistêmica, crescimento irregular e um Estado de baixa eficiência administrativa, marcado por disfunções persistentes e corrupção.

Nas últimas quatro décadas, o Brasil perdeu dinamismo relativo na economia mundial. A participação do país no PIB global caiu de cerca de 3% no início dos anos 1980 para aproximadamente 2% atualmente. A indústria perdeu densidade tecnológica, o investimento permaneceu aquém do necessário para sustentar ciclos longos de expansão e a articulação entre Estado e setor produtivo jamais se destacou.

Esse quadro contrasta com o de economias emergentes que adotaram estratégias consistentes de desenvolvimento, baseadas em estabilidade macroeconômica, avanço tecnológico e mobilização empresarial.

Um plano para os quatro anos finais da década, em que a produção e a geopolítica tendem a se transformar profundamente, exige restaurar a capacidade de o país crescer de forma estável, o que implica elevar a produtividade e ampliar as oportunidades de renda e emprego.

Razões para valorizar o voto

Sem um roteiro de transformação do setor público, hoje o maior obstáculo ao progresso, assim como a inflação foi até 1994, qualquer governante, seja quem for o eleito, fracassará. E, como tem sido frequente no Brasil, a sociedade acabará sendo responsabilizada por esse fracasso, com alguma razão se continuar escolhendo mal seus representantes.

A transformação da gestão pública envolve o uso intenso de IA, especialmente na arrecadação tributária em bases reais — ou seja, no momento em que se paga ou compra, o tributo é descontado automaticamente — e na total transparência dos gastos públicos em redes abertas, com todos os dispêndios registrados sem exceção, dispensando a intermediação de órgãos como a CGU e o TCU.

Diferentemente da primeira geração de IA, voltada para análise de dados e automação de tarefas simples, a IA agêntica é capaz de planejar, executar e monitorar processos complexos de forma autônoma ou semiautônoma, operando como agentes digitais que interagem com múltiplos sistemas e bases de dados. Esses sistemas já vêm transformando a organização de empresas, cadeias produtivas e serviços digitais.

Nos próximos anos, ela terá um impacto crescente sobre a forma como os governos operam. “Ah, mas estamos longe disso!”, dirá o cético. E se surpreenderá ao descobrir que já estão operacionais nos EUA, apenas não foram anunciados, com minirreatores nucleares de 5 MW, invioláveis à radiação, transportáveis em contêineres, que gerarão energia a US\$ 2 por watt, custo chinês, quando a produção ultrapassar 100 unidades.

Estão aí razões para não desperdiçar o voto em 4 de outubro.

APOIO

Secretaria de Turismo
GDF

SUS 35 ANOS
MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

REALIZAÇÃO

AG EVENTOS

INSTITUTO RIO TEAMA

TRANSFORMANDO VIDAS PELO CONHECIMENTO

Brasília
TEAMA
2026

O MAIOR EVENTO SOBRE AUTISMO DO CENTRO OESTE

08 a 10
ABRIL / 2026

MUSEU NACIONAL DA REPÚBLICA
SCTS LOTE 2 - PLANO PILOTO, BRASÍLIA - DF

Inscreva-se!
WWW.BRASILIATEAMA.COM.BR/

tecnologia

Naja Queros

BRINCAR

sabin Diagnóstico e Saúde

FACULDADE Unyleya

APRO

BRINCAR

CORREIO BRAZILIENSE

AL PARTNER

FalaMais.AI